

# **O GOLPE DE 1954 NA GUATEMALA: UMA ANÁLISE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA UNIDES FRUIT COMPANY E DA CIA NA DEPOSIÇÃO DE JACOBO ARBENZ**

Gabriel Grecchi Ramires<sup>1</sup>

**RESUMO:** O trabalho em questão teve como objetivo analisar as causas e a influência da United Fruit Company, multinacional de frutas criada em 1899 e com amplo domínio na América Central na primeira metade do século XX, e da CIA na deposição do presidente da Guatemala Jacobo Arbenz em 1954. Arbenz, junto com seu antecessor Juan José Arévalo, representaram o período democrático na Guatemala entre 1944 e 1954 e priorizaram políticas em prol da população, como as reformas trabalhista e agrária, que desagradariam a United Fruit e que levaria à sabotagem política por parte dos Estados Unidos. Também é explicado o nascimento e desenvolvimento da United Fruit Company, as ações da CIA na Guatemala e de que forma a multinacional e a agência agiram para instaurar o caos e executar a invasão que culminou na queda de Arbenz. As conclusões foram que em nenhum momento a United Fruit teve a sua posição ameaçada de principal multinacional atuante na Guatemala, que durante o governo Eisenhower (1953-1961) a política externa estadunidense agia de acordo com o interesse das principais multinacionais com sede nos Estados Unidos e que o discurso anticomunista, muito utilizado pelos Estados Unidos na época do golpe, fora utilizado apenas como cortina de fumaça para legitimar a invasão ao país centro-americano.

**PALAVRAS-CHAVE:** Guatemala, United Fruit Company, CIA.

## **Introdução**

A história latino-americana é repleta de episódios envolvendo o sufocamento de projetos nacionais que buscavam a representatividade real da população. Golpes de Estado, interferências externas, mortes e prisões são muito comuns de serem observadas nas histórias de cada país.

Nas décadas de 1940 e 1950, na Guatemala, podemos observar essa sequência. A Revolução Guatemalteca, de 1944, representava um projeto nacional que deu a responsabilidade a José Arévalo e Jacobo Arbenz, ex-presidentes, de conduzi-lo. Entre as propostas, estavam reformas que desagradavam a maior multinacional que mantinha produções no país, a United Fruit Company, extremamente poderosa em solo guatemalteco, o que culminou no golpe de Estado sofrido por Arbenz em 1954.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Campus Marília.

O objetivo deste artigo é o de expor introdutoriamente os principais acontecimentos que levaram ao golpe de Estado de 1954 na Guatemala, que teve como principais responsáveis a United Fruit Company, multinacional de frutas com produção no país centro-americano, e o governo dos Estados Unidos, através da então recém-criada agência de inteligência, a CIA.

As hipóteses são que a United Fruit Company se utilizou da proximidade com o governo dos Estados Unidos para conseguir ajuda para a derrubada do presidente Arbenz, através do discurso anticomunista, seguindo o padrão do contexto de Guerra Fria; e que, apesar de estar diretamente envolvida com o golpe, seu poder na Guatemala não chegou nem próximo de ser ameaçado com as mudanças que a revolução trouxe.

### **Contexto: Guatemala**

No final do século XIX, o capitalismo liberal se encontrava em plena expansão, impulsionada pelos Estados Unidos. Uma das principais características dessa fase foi a tendência de monopolização do capital, onde ocorreu um movimento de agrupamento de empresas menores para a criação de grandes conglomerados, que iniciariam mais tarde a entrada em outros mercados, tanto no comércio como na produção de seus produtos, e se tornariam empresas multinacionais. Os países subdesenvolvidos e as colônias receberam principalmente as unidades de produção para exportação, enquanto os países que já tinham um mercado interno desenvolvido foram os destinos desses produtos.

Essa movimentação aconteceu na mesma época em que os Estados Unidos orientavam a sua política externa no sentido de exercer uma maior presença no cenário global, iniciando seus passos para se tornar uma potência hegemônica. A começar por América Central e Pacífico, a consolidação dessa proposta se deu principalmente após a Guerra Hispano-Americana, ocorrida em 1898, quando EUA e Espanha batalharam rapidamente após o bombardeio da embarcação *USS Maine*, ancorada na ilha de Cuba, que na época estava sob controle espanhol. A guerra terminou com a rendição do Reino Espanhol e a cessão de Porto Rico, Guam e Filipinas aos Estados Unidos, além da independência de Cuba<sup>2</sup> (FARIAS, 2008).

---

<sup>2</sup> Durante a elaboração da Carta Constitucional de Cuba, após a sua independência, o senado dos EUA inseriu um dispositivo que autorizava o país a interferir na política cubana quando achasse necessário. Esse

Tentando acompanhar esse cenário, a Guatemala, localizada na América Central, abriu as portas para a instalação das multinacionais estadunidenses em seu território, principalmente do ramo agrário, para produção. O país, principalmente após o início do governo de Justo Barrios em 1873, priorizou o desenvolvimento econômico em detrimento do desenvolvimento social (MARQUETTO, 2010, p. 21). Os indígenas, que formavam a imensa maioria dos moradores do campo, foram transformados em semi-salariados pelas multinacionais. Para incentivá-las a iniciar suas produções no país, foram feitos diversos acordos desiguais pelo governo guatemalteco, que iam desde grandes isenções de impostos a cessões de setores importantes da infraestrutura do país centro-americano, passando o controle desses importantes setores inteiramente às empresas. Entre essas empresas, estava a United Fruit Company.

Politicamente, a Guatemala era instável. Ao decorrer desse período de liberalismo econômico, o país passou por governos repressivos e por diversos outros provisórios. O mais notório desses governos foi o do General Jorge Ubico, iniciado em 1931, descrito pela maioria dos historiadores como uma franca ditadura (GRANDIN, 2004, p. 24).

Ubico permitia o assassinato a quem se opusesse contra as decisões a favor dos latifundiários, governou sempre contra a industrialização do país para evitar que se formasse uma classe operária que poderia se mobilizar e ir contra o seu governo, contou com uma rede de espionagem para punir supostos “comunistas”, aumentou a burocracia estatal, se utilizou de diversos métodos de tortura contra a população e criou leis que garantiam a mão de obra barata para os latifundiários e as grandes corporações agrícolas (GRANDIN, 2004; MARQUETTO, 2010).

Ubico também foi responsável pela assinatura de diversos acordos entre o governo guatemalteco e a UFCO, principalmente sobre cessão de terras e de serviços, mas que eram extremamente desbalanceados a favor da multinacional. Os contratos e a repressão, somados à importação dos ideais políticos de Estado Moderno pelas classes média e alta criaram um grande sentimento de insatisfação na população. Aos poucos, o General foi perdendo aliados políticos. E, depois de enfrentar uma onda de protestos, renunciou à presidência. Ele ainda conseguiu emplacar um sucessor, o General Federico Ponces, que seguiu a mesma linha autoritária de Ubico em seus poucos anos de mandato. Mas, novamente pela pressão popular, Ponces convocou eleições.

---

dispositivo ficou conhecido como Emenda Platt, em referência ao senador Orville Platt e vigorou por anos (FARIAS, 2008).

Porém, isso não impediu que fosse organizada uma revolta popular exigindo a sua saída. Os seus responsáveis foram o Major Francisco Arana e o Capitão Jacobo Arbenz, que estavam exilados em El Salvador e entrariam na Guatemala ilegalmente na busca de apoio da população insatisfeita. Com o movimento cada vez maior, eles conseguiram o seu objetivo de depor o General Ponce, se organizaram em uma junta militar provisória para convocarem eleições justas e de iniciarem o processo de reforma da legislação vigente. Posteriormente, esse episódio ficou conhecido como Revolução de Outubro ou Revolução Guatemalteca (GRANDIN, 2004; MARQUETTO, 2010).

Esse período democrático durou um total de dez anos (de 1944 a 1954) e ficou marcado, além das eleições livres, pelas reformas que foram feitas pelos dois presidentes que governaram ao longo desse tempo. O primeiro eleito, José Arévalo, se comprometeu a fazer uma reforma trabalhista:

Arévalo se posicionou como aliado dos trabalhadores desde a época de sua campanha. Mas os primeiros anos de seu governo foram complicados nesse sentido, pois a lei trabalhista no período em que assumiu ainda era a mesma dos governos anteriores e, portanto, muito atrasada; a greve dos trabalhadores de 1946 foi o principal alarde pois mesmo com diversas promessas sobre melhoras das condições trabalhistas, Arévalo não pode legitimar a greve devido à legislação antiga, que ainda se encontrava em vigor e portanto, tornava a greve fora da lei. Além disso, tomou-se muito cuidado com a condução dessas questões com a United Fruit Company, que havia se tornado a maior geradora de emprego e de dinheiro da Guatemala, justamente por causa da grande dependência do país com a multinacional (MARQUETTO, 2010).

A aprovação do novo Código Trabalhista da Guatemala aconteceu em 1947, três anos após o início do mandato de José Arévalo, e trouxe importantes mudanças aos trabalhadores das cidades e do campo ao dar garantia a vários direitos que antes não existiam:

Garantiu o direito sindical e de greve (posto que também o restringisse), protegeu contra as demissões arbitrárias, impôs a semana de 48 horas, regulamentou o trabalho infantil e das mulheres e fixou normas de salubridade e segurança no local de trabalho. Mais importante ainda: pela primeira vez, o Estado passou a oferecer um canal de reparação de injustiças trabalhistas que não dependia do paternalismo do Executivo nem dos funcionários públicos locais (GRANDIN, 2004, p. 24).

Em 1951, Jacobo Arbenz, o Capitão que havia organizado e participado da eleição, vence as novas eleições com a promessa de tornar realidade um ambicioso projeto de governo que possuía propostas principalmente no nacionalismo econômico,

infraestrutura e distribuição de renda (MARQUETTO, 2010, pp. 32-33). Sua principal medida foi a reforma agrária, promulgada através do decreto 900 em 1952, considerada uma prioridade<sup>3</sup> e teve o objetivo de fazer uma redistribuição de terras aos trabalhadores rurais através da expropriação de parte dos terrenos cedidos às multinacionais e latifundiários.

Um dos principais objetivos de todas essas reformas era a diminuição do poder das companhias multinacionais, das quais a Guatemala se tornou muito dependente tanto financeiramente como logisticamente. Essas empresas não só empregavam a maioria esmagadora da população, como tinham a posse de diversos setores importantes da infraestrutura logística do país. Sobre a UFCO, especificamente, ela era a maior empregadora e dona de grandes lotes de terra, ferrovias, portos e de linhas de energia, graças aos contratos celebrados em governos anteriores. Porém, foi justamente essa grande dependência que dificultou o processo de emancipação do país das multinacionais. Além disso, era muito difícil exercer uma fiscalização adequada em um país onde parte da população vivia isolada no interior e sequer falavam o espanhol, língua oficial da Guatemala. Portanto, embora consideradas um grande avanço, as reformas não foram suficientes por si só para encerrar a ordem econômica vigente no país e a dependência do capital estrangeiro, e conseqüentemente, o poder das multinacionais.

### **United Fruit Company e a política guatemalteca**

Como já falado anteriormente, o final do século XIX e início do século XX foi um período marcado pelo desenvolvimento do capitalismo liberal e monopolista. Nesse contexto, em 1899, na Costa Rica, foi criada a United Fruit Company através da união de duas empresas menores: a *Boston Fruit*, que produzia frutas na Jamaica e as exportava aos Estados Unidos, e o negócio de Minor Cooper Keith, que tinha ido à Costa Rica à convite de seu irmão para chefiarem a construção de uma ferrovia, mas que, no meio dessa trajetória, iniciou outro comércio de frutas para exportação. Ao final do século XIX, a Costa Rica entrou em crise econômica e impactou diretamente o negócio de Minor

---

<sup>3</sup> Uma investigação da ONU realizada em 1951 havia apontado que a Guatemala era um dos países onde a reforma agrária deveria ser uma prioridade, e, alguns anos antes, os próprios Estados Unidos haviam apontado na ONU que a reforma agrária era um “problema mundial que deveria ser tratado com urgência” (GALEANO, 1967, p. 38-39).

Keith, que decidiu tomar a iniciativa de sugerir à *Boston Fruit* a junção das duas empresas. E assim foi feito.

A então recém-criada companhia herdou a estrutura existente da *Boston Fruit*, como a parte administrativa e de transporte e a experiência de Minor Keith com ferrovias na América Central e se transformou rapidamente na maior empresa produtora de frutas atuante na região, através do investimento em novas tecnologias, como navios refrigerados próprios para o transporte marítimo de frutas, novos trens e um amplo sistema de comunicação entre suas produções na América Latina, da compra de grandes lotes de terra, do investimento em publicidade e de práticas desleais, como o *dumping*, a fim de derrubar suas principais concorrentes, grilagem de terras e sonegação fiscal. Além disso, a banana, principal produto cultivado pela multinacional, era uma *commodity* e seu valor de mercado era alto, e com a popularização do consumo promovida pela própria *United Fruit*, seus ganhos também foram grandes, contribuindo para sua rápida expansão (ALBANO, 2016; MARQUETTO, 2010 apud RAMIRES, 2020).

A entrada da multinacional produtora de frutas na Guatemala acontece em 1901, após a celebração de um contrato com o governo guatemalteco – na época liderado por Manuel Cabrera – que cedia grandes lotes de terra em troca da construção e manutenção de uma ferrovia que estava inacabada. Posteriormente, a estratégia se manteve: a *United Fruit Company* assumiu o controle do principal porto do país, Puerto Barrios, boa parte da malha ferroviária do país<sup>4</sup>, de telégrafos e do setor energético, em troca da cessão dos lotes de terra para a produção de bananas. Foi dessa forma que a companhia conseguiu o enorme poder que teve no país centro-americano, o mais visível entre todos os países que mantinha operações, e, conseqüentemente, foi assim que a Guatemala criou um vínculo de dependência da empresa. Sendo a maior multinacional instalada no país e proprietária de boa parte da infraestrutura que era importante para o funcionamento do país, a UFCO ganhou um enorme poder de barganha para negociar contratos cada vez mais desbalanceados ao seu favor. Apesar disso, conseguia manter uma influência muito forte dentro do governo guatemalteco, que por diversas vezes ignorou as irregularidades das quais a multinacional utilizava para manter o seu poderio financeiro (MARQUETTO, 2010).

Quando a situação não estava favorável, a companhia argumentava que os conflitos dos trabalhadores, o novo código de trabalho e o aumento de salário

---

<sup>4</sup> A especialidade da família de Minor Keith era a construção de ferrovias. Sediados em Nova York, a família havia enviado Minor Keith e seu irmão para fiscalizarem a construção de uma ferrovia na Costa Rica, e uma das tarefas era o cuidado com a loja que vendia itens aos trabalhadores da obra. A partir dessa experiência, Minor Keith expandiu o seu negócio, até se especializar na produção de frutas, principalmente a banana. A origem de seu negócio explica o know-how da *United Fruit Company* na construção de ferrovias (MARQUETTO, 2010).

reduzia os lucros e que por isso a empresa deixaria a Guatemala. Nesses momentos, pedia intervenção favorável ao governo para convencer os trabalhadores, em nome de “tudo o que a companhia fez pelo país em termos de saúde, desenvolvimento e economia”. As consequências de uma possível retirada da UFC do país seriam drásticas; quase cem mil pessoas dependiam das atividades da companhia para sobreviver. As ameaças surtiram efeito, e a UFC ganhava apoio da classe empresarial do país que também temia sua retirada, e os trabalhadores se submetiam às parcas condições contratuais (MARQUETTO, 2010, p. 34)

Como vimos, o projeto nacional que surgiu com a Revolução Guatemalteca era de modificar tanto a estrutura política como a econômica, já que eram parte do mesmo problema. Entretanto, ele passou longe de ser colocado efetivamente em prática, já que as reformas legislativas não foram o suficiente para conter o crescimento da UFCO, bem como daqueles que representavam o projeto antigo, próximo das elites e das multinacionais estadunidenses. Na verdade, José Arévalo e Jacobo Arbenz nunca adotaram esse discurso de ruptura enquanto estiveram na presidência; pelo contrário, se inspiravam muitas vezes no próprio liberalismo dos Estados Unidos e tinham como objetivo a melhora das condições dos trabalhadores para o desenvolvimento da economia capitalista na Guatemala, apesar do apoio de partidos e grupos de esquerda a ambos os governos (GALEANO, 1967).

Independente disso, a United Fruit Company se sentiu ameaçada e tornou o governo guatemalteco em um inimigo a ser combatido. No governo José Arévalo, a multinacional trabalhou fortemente nos bastidores políticos para amenizar a reforma trabalhista, que se tornou muito mais branda do que efetivamente era para ser:

Os proprietários de fábricas, fazendeiros e as multinacionais – incluindo a United Fruit Company – também foram responsáveis pelo teor da nova legislação, que era bem mais branda do que o imaginado, a ponto da própria embaixada dos Estados Unidos na Guatemala reconhecer que ela era “justa” e “adequadamente reformista” (GRANDIN, 2004, p. 26).

Após o término de seu mandato, Arévalo chegou a afirmar que havia sofrido dezenas de conspirações, todas articuladas pela United Fruit Company. Os ataques se intensificaram durante o governo de Arbenz, principalmente durante a discussão e assinatura do decreto que instituiu a nova reforma agrária, já que essa medida buscava a retirada de cerca de 10% de suas imensas propriedades para o cultivo, e o valor a ser pago pelo governo seria baseado na declaração de impostos da UFCO, o que diminuía o valor dos bens, já que a empresa possuía um histórico de sonegação (SEVERO, 2015, p. 106).

O decreto criou os CALs<sup>5</sup> – Comitês Agrários Locais – para serem responsáveis pelo recebimento de solicitações dos lotes feitas pela população e pelas expropriações desses lotes, que deveriam ser preferencialmente terras que não estavam sendo aproveitadas.

A principal arma da United Fruit foram os patrocínios a ataques ao governo de Arbenz na mídia, principalmente difamações e notícias falsas, com o objetivo de manipular a opinião pública tanto na Guatemala como nos Estados Unidos ao seu favor. Num contexto de início da Guerra Fria e da ofensiva anticomunista no continente americano, a aproximação de Arbenz com grupos e partidos de esquerda, como o Partido Guatemalteco do Trabalho – PGT – foi a fonte principal dos ataques, na tentativa de ligar o então presidente ao comunismo, e que, portanto, deveria ser combatido. Assim, o terreno foi sendo preparado para o golpe de Estado que viria a seguir (GRANDIN, 2004).

### **Governo Eisenhower e a CIA na deposição de Arbenz**

A CIA foi criada em 1949 com o intuito de ser o braço de inteligência do governo dos Estados Unidos. Porém, com a intensificação da Guerra Fria ano após ano e com a orientação da política externa estadunidense, suas atividades foram voltadas também ao monitoramento de outras nações e dos respectivos acontecimentos principais. Relatórios eram montados e enviados ao alto escalão do governo dos EUA, que acompanhava de perto o cenário político das nações que lhes interessavam e formulavam os próximos passos da política externa.

O primeiro presidente a adicionar essa responsabilidade à agência foi Dwight Eisenhower. Uma das principais características ao decorrer de seus dois mandatos foi a proximidade que o governo mantinha com os principais empresários dos Estados Unidos, chegando a ficar conhecido como “Governo de Wall Street”. George Humphrey e Nelson Rockefeller, magnatas conhecidos, chegaram a ocupar respectivamente os cargos de Secretário do Tesouro e Secretário de Saúde, Educação e Bem-Estar ao decorrer do

---

<sup>5</sup> Contornando as instituições controladas pelos interesses dos latifundiários, como os governos municipais, o Congresso e os tribunais, os CALs subvertem as relações rurais de domínio e submissão. Eles recebiam dos camponeses e dos sindicatos a solicitação inicial de terra, examinavam a documentação, procediam a uma vistoria e encaminhavam sua recomendação ao Comitê Agrário Departamental, ou CAD, que determinava a desapropriação. [...] Eles eram formados por cinco membros, sendo três indicados pelos sindicatos rurais e os dois restantes pela municipalidade e pelo governador do departamento (GRANDIN, 2004, p. 32).

governo do ex-presidente republicano. Outro nome importante foi John Foster Dulles, Secretário de Estado durante os anos Eisenhower e que possuía um escritório de advocacia, *Sullivan & Cronwell*, que tinha como um de seus clientes a United Fruit Company. Uma das suas atribuições enquanto representante foi a confecção dos contratos com o governo da Guatemala. Dulles também foi acionista da UFCO, enquanto seu irmão, Allen Dulles, foi diretor da multinacional e presidente da CIA, o que demonstra claramente a proximidade entre a multinacional e o governo dos EUA (MARQUETTO, 2010):

Dominado o Departamento de Estado pelos fazendeiros alienígenas do Partido Republicano, reiterou a United Fruit, seus propósitos de reabilitação de seu poderio na Guatemala, da qual fora, parcialmente, despejada pela reforma agrária. Como todo truste, com especialidade os de petróleo, de ferro e de manganês, a força da companhia bananeira na América Central provém unicamente de seus investimentos, lucros ou dividendos, mais precisamente de sua vinculação a outros monopólios bancários, securatórios e industriais norte-americanos, todos eles participantes da alta direção do governo dos Estados Unidos (RAMOS, 1958, p. 82).

Quando o decreto da reforma agrária foi assinado na Guatemala, a United Fruit Company se fez valer dessa grande proximidade e recorreu ao governo estadunidense, procurando demonstrar a insatisfação e mostrando que algo deveria ser feito. Dessa forma, a CIA foi orientada a acompanhar mais de perto a política guatemalteca, para que ações pudessem ser tomadas a fim de defender os interesses da multinacional. Foster Dulles adotava uma posição declaradamente anticomunista, tal qual o governo de Dwight Eisenhower, e essa era o norte principal da política externa daquele governo republicano. Uma vez cientes da situação na Guatemala, foi iniciada a preparação do terreno para a realização da intervenção. Aproveitando a proximidade de Arbenz com a esquerda guatemalteca, buscaram vinculá-lo ao comunismo, dizendo, no geral, de que um governo comunista nas Américas seria uma ameaça para toda a região.

Apesar de que a maioria dos funcionários de alto nível (do governo) dos Estados Unidos reconhecer que um governo hostil na Guatemala não representava por si só uma ameaça direta à segurança dos Estados Unidos, eles viam os eventos naquele país no contexto do crescente esforço da Guerra Fria com a União Soviética; eles temiam que a Guatemala pudesse se tornar um Estado cliente a partir do qual os soviéticos pudessem irradiar sua força e poder por todo o Hemisfério Ocidental. Os relatórios da CIA e da comunidade de inteligência tendiam a divulgar a visão de que a Guatemala e o regime de Arbenz estavam rapidamente caindo sob influência dos comunistas (BLANC, 2010, p. 13).

Foster Dulles também buscou a difamação do país centro-americano no âmbito das organizações internacionais, especialmente da OEA, buscando a legitimidade da futura invasão. Essa atuação é muito clara na X Conferência Interamericana de Caracas, realizada em 1954, onde os Estados Unidos se posicionaram claramente de maneira favorável do intervencionismo na Guatemala, em uma espécie de ofensiva anticomunista, buscando o convencimento e o apoio das nações participantes, causando atritos com o então representante guatemalteco na reunião, Guillermo Toriello, e conseguindo a aprovação da Moção Dulles, um documento contendo recomendações aos países americanos para conter o comunismo, e que representou a legitimidade no âmbito internacional que os Estados Unidos precisavam para executar a operação que levaria ao golpe de 1954:

“O maior perigo” – advertiu o chanceler da Guatemala – “é que estão procurando apoio coletivo da América para violar impunemente o princípio de não intervenção, porém nos recusamos a crer que estão querendo voltar às velhas práticas de antanho, em que os velhos monopólios influíam predominantemente na política de alguns países, por meio do temor da grande estaca e da vergonhosa diplomacia do dólar, em que era coisa natural que a infantaria de Marinha dos Estados Unidos desembarcava em portos latino-americanos para dominar as alfândegas”, “a fim de proteger interesses” ou para corrigir atividades políticas que não agradavam aqueles interesses” [...] “Tudo isso se está fazendo na Guatemala, porém não sabem os povos da América. A notícia que lhes chega pelas agências noticiosas, que servem à causa dos monopólios, é uma notícia deformada e quase sempre caluniosa. A todo este modesto esforço de transformação progressista se qualifica de comunismo” (RAMOS, 1958, pp. 97-98).

Enquanto isso, a CIA já planejava a operação PBSUCCESS<sup>6</sup>, cujo objetivo era o de depor Jacobo Arbenz da presidência da Guatemala. Agora com a legitimidade da comunidade da OEA, a agência entrou em contato com Carlos Castillo Armas, Coronel exilado e designado para liderar as operações da invasão. Os recrutados foram para Honduras, em uma propriedade da United Fruit Company, para serem orientados e treinados. A proposta era de disseminar informações falsas a respeito do governo e propaganda favorável a Castillo Armas para criar o ambiente favorável e conseguir apoiadores para a invasão. Quando posta em prática, ela se deu com boicotes e ataques a pontos e pessoas estratégicas para o seu sucesso. E por fim, cada vez mais pressionado, Jacobo Arbenz renuncia à presidência da Guatemala, em 1954, encerrando com êxito a

---

<sup>6</sup> Houve uma tentativa anterior, a PBFORTUNE, que aconteceria em conjunto com o governo da Nicarágua, mas que fracassou devido ao vazamento de informações (GRANDIN, 2004).

operação que contou com aporte da United Fruit Company e a CIA em sua primeira participação direta em uma intervenção na América Latina (GRANDIN, 2004).

## **Conclusão**

O golpe de Estado de 1954 sofrido por Jacobo Arbenz e o seu contexto nos ilustram bem a política externa estadunidense no século XX, quando buscaram construir e manter a hegemonia no continente americano e, sobretudo neste caso, na América Central. Do outro lado, se encontrava um projeto nacional que tinha a expectativa de ser colocada em prática a partir da Revolução Guatemalteca e representar diretamente os trabalhadores, principalmente do campo, onde a maior parcela da população residia.

A Revolução, entretanto, não foi capaz de quebrar o monopólio econômico e político que era a United Fruit Company na Guatemala. A multinacional continuou sua atuação no país da mesma forma que era pré-1944, salvo as mudanças causadas pelas reformas legislativas, mas que não impactaram diretamente no poder da empresa no país. Não à toa que foi um dos principais responsáveis pelo golpe de Estado.

Aliada à situação na Guatemala, estava o governo Eisenhower, cuja influência de magnatas e fazendeiros era muito grande, o que fazia com que a dificuldade de mobilização do governo estadunidense para ajudar na defesa dos interesses dessas indústrias não fosse alta. No caso da UFCO, a proximidade com Foster e Allen Dulles fazia com que as duas coisas se misturassem e transformasse os interesses da multinacional nos mesmos do governo, sobretudo na política externa, área muito atuante de Foster Dulles.

Com a escalada da Guerra Fria, houve a intensificação do discurso anticomunista ecoado pelos Estados Unidos sobre o continente americano. Qualquer nação que pudesse colocar em risco os interesses estadunidenses, era taxada de comunista, independente de fatores, como foi o caso de Jacobo Arbenz. Isolado politicamente e atravessando uma grande instabilidade, não viu uma alternativa senão renunciar e encerrar o período de “dez anos de primavera”, como é conhecido. A operação na Guatemala inaugurava, portanto, uma série de interferências dos Estados Unidos nos países da América Latina quase como um *modus operandi* através de sua agência de inteligência.

## Referências bibliográficas

ALBANO, Gleydson Pinheiro. Multinacionais e Necolonialismo: A Atuação da United Fruit Company na América Latina no Século XX. **Revista GeoSertões**, n. 1, v. 1, jan./jun. 2016.

BLANC, Claudio. **O lado negro da CIA**. São Paulo: Idea Editora, 2010.

FARIAS, Flávio José de Moura. **A Dimensão Estratégica da Política Externa dos Estados Unidos no Caribe (1898-1904)**. 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_. **Guatemala, Pais Ocupado**. Cidade do México: Editorial Nuestro Tiempo, 1967. (Latinoamerica Hoy). Apêndice de: Luis Cardoza y Aragón. Disponível em: <<https://www.lahaine.org/mundo.php/libro-guatemala-pais-ocupado>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

GRANDIN, Greg. **A Revolução Guatemalteca**. São Paulo: Editora Unesp, 2004. 136 p. (Revoluções do Século XX). Tradução de: Luiz Antônio Oliveira de Araújo.

IANNI, Octavio. **A questão nacional na América Latina**. Estudos Avançados. São Paulo, vol. 2, nº 1, 1988.

MARQUETTO, Stéfano Rahmeier. **United Fruit Company: Poder e influência na América Latina**. Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dep. de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2010.

RAMOS, Plinio de Abreu. **Foster Dulles e a invasão da Guatemala**. São Paulo: Fulogr, 1958.

SEVERO, Leonardo Wexell. **A CIA contra a Guatemala: Movimentos sociais, mídia e desinformação**. São Paulo: Papiro Produções, 2015.

RAMIRES, Gabriel Grecchi. **Poder e hegemonia dos Estados Unidos na América Central: o caso da United Fruit Company na Guatemala**. III FERISP, 2020.